



AS MUDANÇAS NO ENSINO MÉDIO E SUA RELAÇÃO COM A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

João dos Reis Silva Júnior¹

Natália Messina²

Resumo

Este artigo busca analisar as reformas educacionais no Ensino Médio brasileiro, apontando internacionalmente que o trabalho do professor no século XXI é marcado pela massificação, administração por performance (*accountability*), privatização e comercialização. Após uma construção histórica sobre a reforma do Estado nacional, a ênfase é conferida às relações entre as mudanças no Ensino Médio e a internacionalização da Educação Superior. Portanto, um exame com mediações mais amplas revela que as possibilidades de lucro transformam o conhecimento em matéria-prima mercantil e produzem a convergência das reformas educacionais segundo a estrita racionalidade financeira.

Palavras-chave: Reforma educacional; Internacionalização da Educação Superior; Conhecimento matéria-prima; Novo paradigma de produção de conhecimento.

CHANGES IN THE HIGH SCHOOL AND ITS RELATIONSHIP WITH INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

Abstract

This article aims to analyze the educational reformation in the Brazilian high school, pointing out that internationally the teacher's work in the 21st century is marked by mass, administration by performance (*accountability*), privatization and commercialization. After a historical construction building on the reform of the national state, the emphasis is given to the relationship between changes in high school and the internationalization of higher education. Therefore, a larger examination overview shows that the profit possibilities transform knowledge into market raw materials and produce the convergence of educational reforms according to strict financial rationality.

Keywords: Educational reformation; Internationalization of higher education; Knowledge feedstock; New knowledge production paradigm.

¹ Livre-docente em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Tem pós-doutorado em sociologia política pela Unicamp, pós-doutorado em economia pela USP e pela University of London. Coordenador Adjunto do Observatório Nacional de Expansão da Educação Superior no Brasil. Professor Associado da UFSCar. Coordenador do Observatório Nacional de Expansão da Educação Superior Brasileira. Visiting Professor na Mercer University (GA-US – 2012-2014) e Visiting Professor na Arizona State University (2014-2015), pesquisador convidado - Mercer University (GA-US) Pesquisador 1^a do CNPq. E-mail: <joaodosreissilvajr@gmail.com>

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2016) e Licenciada em Geografia pela mesma instituição (2013). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, na linha de pesquisa: Estado Política e Formação Humana, sob orientação do Prof. Dr. João dos Reis Silva Júnior e faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisa de Economia Política da Educação, Estética e Formação Humana. Tem experiência e produção nos temas: ensino de geografia, avaliação e ingresso no Ensino Superior. E-mail: <nataliamessina1@gmail.com>



CAMBIO EN LA ESCUELA SECUNDARIA Y SU RELACION CON LA INTERNACIONALIZACION DE LA EDUCACION SUPERIOR BRASILEÑA

Resumen

Este artículo busca analizar los cambios educacionales en la Escuela Secundaria brasileña, puntuando internacionalmente que el trabajo del profesor en el siglo XXI es marcado por la masificación, administración por rendimiento (*accountability*), privatización y comercialización. Después de una construcción histórica sobre los cambios del Estado nacional, el énfasis es comprobado por las relaciones entre los cambios de la Enseñanza Secundaria y la internacionalización de la Educación Superior. Por lo tanto, un examen con mediaciones más amplias revela que las posibilidades de beneficio cambian el conocimiento en materia-prima mercantil y producen la convergencia de las reformas educacionales segundo la estricta racionalidad financiera.

Palabras-clave: Reforma educacional; Internacionalización de la Educación Superior; Conocimiento materia-prima; Nuevo paradigma de producción de conocimiento.

Introdução

O tema do artigo já mostra sua complexidade e exige adequada forma de abordá-lo, que parece impor-se nesses tempos de cólera. É necessário aproximar-se do tema e, em seguida, afastar-se o quanto pudermos, sem perdemos de vista o que nele é substância e estrutural nas últimas décadas. Para além deste movimento, é necessário olhar com totalizações mais amplas cabíveis e possíveis, sem jamais desconsiderar a história do tema no país.

No Brasil, as reformas para o Ensino Médio estão em curso desde a década de 1990 e, conseqüentemente, nos impõe considerar uma breve visada histórica para podermos compreender as relações entre as mudanças desta modalidade educacional e a internacionalização da educação superior brasileira.

No entanto, é necessário considerar, também, a convergência das reformas que se observa no mundo (ver ALTBACH, P., 2003; ALTBACH, P.; KNIGHT, J., 2007; ALTBACH, P., 1992). Os autores defendem a tese de que, nas reformas educacionais, em qualquer de seus níveis e modalidades, tendo a educação superior à frente, é possível perceber que a autonomia e a orientação pública sofrem uma hipotrofia e, em adição, a esfera educacional toda sofre uma imposição na direção de sua mercantilização. Em uma perspectiva histórica e internacional, deve-se considerar a Teoria da Convergência proposta por Altbach, e reter os principais elementos que têm orientado algumas reformas que ocorreram nos países

centrais, com destaque para os Estados Unidos da América, pela sua condição de país hegemônico na concepção de Gramsci.

Em uma análise internacional, que inclui o Brasil, sobre as reformas educacionais, Philip Altbach (2003) observou que as condições de trabalho do professor no século XXI têm se deteriorado como resultado de quatro principais tendências: massificação, administração por performance (*accountability*), privatização e comercialização. Para o que fora necessário à reforma do Estado, as reformas educacionais, em todos os níveis, contam com a liderança dos intelectuais acadêmicos das melhores universidades brasileiras. Por último, visualiza-se a adesão do Brasil às exigências do capital financeiro e do novo pacto político e social.

Considerações sobre as mudanças no Ensino Médio com base nas mudanças institucionais da República

Ao final da década de 1990, muitas das reformas – as que mais afetam negativamente o plano social – já estão aprovadas no Congresso Nacional, encontram-se em fase de implantação, e muitas estão em fase de regulamentação no Poder Executivo. É o que vem acontecendo, particularmente, com a esfera educacional nos vários níveis, por meio de leis, decretos-lei, portarias e demais instrumentos jurídicos. No caso deste estudo, o interesse volta-se sobre as relações entre as mudanças no Ensino Médio e a internacionalização da educação superior.

Qualquer análise crítica sobre as mudanças do Ensino Médio, desde a reforma do aparelho do Estado, deve mostrar como tal reforma produz uma racionalidade mercantil, que afetará este nível de ensino e produzirá um novo paradigma político e um novo modelo de universidade a ser produzido.

É de clareza solar, a consequência da reforma do Estado na educação em geral e nas mudanças ocorridas no Ensino Médio brasileiro, desde a década de 1990. As mudanças no capitalismo em geral e a reforma do Estado exigiam mudanças na esfera educacional com a mesma racionalidade. Por outro lado, as conferências mundiais sobre a educação deixavam tão clara quanto a relação anterior, a necessidade da produção da nova sociabilidade exigida pela financeirização mundializada da economia.

Não obstante, acerca da relevante afirmação acima, que aponta traços fundamentais do processo de reformas educacionais, é necessário responder a muitas outras perguntas. Dentre elas, parece crucial indagar sobre a necessidade da construção de um pacto social mundializado, para o que concorreria o *pan-paradigma* educacional. Uma, dentre muitas formas de construção da resposta a essa questão, parece pôr-se a partir da inserção das reformas educacionais *sob o prisma de ajustes estruturais*, como se lê na *Declaração de Nova Delhi* (UNESCO, 1998), da qual o Brasil é signatário. Isso implica buscar entender a reforma educacional para o objetivo deste texto, no caso, a do Ensino Médio, como ação política para mudança social, tendo como elementos que fundam essas mudanças, a economia e o trabalho nos países emergentes. Com base nessa perspectiva, pois, é que buscaremos entender as políticas públicas para esse nível de ensino no marco da reforma educacional mercantil, que se consolida no país, nos moldes do que o regime de predominância financeira tem exigido durante três décadas.

As reformas educacionais na América Latina, particularmente no Brasil, são uma intervenção consentida, realizada pelas autoridades educacionais nos moldes das agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental e pela busca de consenso social geral. Constitui-se no epicentro de um processo de mercantilização da esfera política, em geral, em particular, da esfera educacional — lócus privilegiado para o Estado de formação do ser social, portanto, de construção de um novo pacto social.

A economia que emerge depois da segunda guerra mundial produz, historicamente, demandas para a indústria, especialmente para as corporações no âmbito mundial, exigências estruturais que têm requerido uma diminuição de tempo entre a produção científica e sua aplicação em serviços, produtos e processos. A ciência, básica ou aplicada, voltada para o bem público, tem aí uma pressão para mudança, sendo necessário um novo tipo de conhecimento que atenda a tais demandas, postas não só por parâmetros exclusivamente científicos, também pela financeirização da economia. A economia converte-se no principal fator para a epistemologia da nova ciência acadêmica, em face, principalmente, da posição econômica e bélica que os Estados Unidos passaram a ocupar em nível planetário.

O conhecimento exigido pelas novas corporações tem, entre suas redes de trabalho, uma ou mais parcerias com universidades no mundo todo, que se dão de diversas formas, estrategicamente, por meio de transferência de tecnologia e pela venda de direitos autorais para as próprias universidades, como se pode observar no caso das pesquisas realizadas nas universidades estatais brasileiras. O conhecimento que, na maioria das vezes, é transferido na forma de inovações sociais e tecnológicas, e é o tipo de conhecimento aqui denominado **conhecimento matéria-prima** (*Raw Material Knowledge*), termo que tem inspiração na leitura dos trabalhos de Gary Rhoades, Sheila Slaughter, Gustavo Fishman, Daniel Schugurenski e Phillip Altbach. Os formuladores das reformas são, precisamente, os pesquisadores profissionais produtores do Conhecimento Matéria-Prima.

O conhecimento matéria-prima direciona-se para a economia mundializada por meio do capital financeiro, pela sua própria exigência, e é uma parte dos resultados da ciência em seu novo paradigma. Trata-se de conhecimento pronto para ser transformado em produtos de alta tecnologia, novos processos de produção e serviços, e está relacionado à possibilidade de lucros imediatos no âmbito econômico. Aqui, parece ser um bom lugar para comentar o que vem sendo definido como inovação tecnológica. Ao buscar a forma mais geral do que se poderia entender por inovação tecnológica, podemos encontrar que esta é um processo, ao mesmo tempo, de mudança, invenção e adaptação, que existe desde os primórdios da humanidade, e que teria como objetivo a melhoria da vida e do trabalho das pessoas e das empresas, agregando mais valor aos produtos no menor tempo possível. Certamente, esta definição procede e seria impossível confrontá-la nesta formulação, porém, é possível especificá-la melhor.

Até há bem pouco tempo, o grande problema do capital consistia em diminuir o *gap* entre a ciência e a tecnologia e, embora houvesse uma aproximação entre a universidade e a indústria, ocorria, porém, uma considerável demora na solução dos problemas. Os intelectuais das indústrias estavam distantes dos processos de pesquisa, e os pesquisadores, ávidos na defesa da autonomia de sua pauta de pesquisa, permaneciam distantes do *front* industrial e econômico. Contudo, com a falência do regime monopolista de produção e a emergência da predominância financeira, este quadro se altera de forma radical. Ocorre que o ciclo de capital portador de juros faz dinheiro sem trabalho. Na equação marxista, temos $D' > D$. O proprietário do dinheiro investe, empresta e recebe os

juros como forma de pagamento desta operação pela mera propriedade privada do dinheiro. Esta operação, além de econômica, é jurídica e impõe as taxas de juros e o tempo de pagamento do que é devido, desconsiderando o que irá ocorrer no processo de produção real de valor, e exigindo ordenamento jurídico específico, tal qual ***O Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação***. É uma aposta com o menor risco e a maior rentabilidade.

Esta operação pode ser feita entre amigos, empresas, grupo de empresas, países e pelos principais agentes institucionais, que atuam mundialmente, que são os fundos mútuos, os guias da gestão do sistema monetário mundial, aos quais se subordinam os fundos de pensão e os fundos dos grupos predominantemente industriais, o que caracteriza um regime de predominância financeira. Quais as consequências disso?

Juridicamente, o ciclo financeiro comprime não só o ciclo do capital em funções (as relações sociais de produção), também as relações sociais em geral, alterando a sociabilidade e subjetividade de todo cidadão e exigindo a produção de valor real em tempo recorde do trabalho vivo. Eis o verdadeiro problema do capital e a necessidade de fazer desaparecer o *gap* entre ciência e tecnologia. Neste ponto, a universidade, a pesquisa e a formação docente para o Ensino Médio nela produzidas cumprem o papel estratégico. Como? Redefinindo a ciência e o conhecimento e a formação de professores para o Ensino Médio conforme a referida necessidade. Por esta via, a racionalidade econômico-financeira interpõe-se nas práticas cotidianas da vida universitária e das instituições escolares de Ensino Médio. O que as pesquisas, o trabalho do pesquisador e do professor precisam apresentar é o conhecimento matéria-prima. São tais pesquisadores que irão pensar a formação dos professores do Ensino Médio, seu currículo, sua avaliação, metodologias, fazendo com que a cultura mercantil presente na universidade permeie não somente as formulações, mas as práticas desenvolvidas pelas escolas em seu cotidiano.

Interessa que ele dure um ciclo econômico e que novos conhecimentos dessa natureza sejam produzidos indefinidamente. Isso está na raiz das explicações da Teoria da Convergência das reformas educacionais, no financiamento das instituições escolares e universidades, na sua organização e gestão, na avaliação, na importância dos *rankings*, na necessidade da expansão e da internacionalização da educação superior, na nova divisão internacional do trabalho científico, no acesso e na produção de conhecimento produzido nessas instituições.

As publicações tornaram-se mercadoria nas mãos de seis editoras no mundo todo, para as quais as universidades vendem os direitos autorais de produções de seus pesquisadores profissionais. Os pesquisadores recebem adicionais aos seus salários ao venderem seus direitos autorais por quantia razoável para as universidades em que trabalham. Por outro lado, em muitas áreas do conhecimento, como a farmacêutica, as áreas tecnológicas e a matemática, as publicações somente ocorrem depois que se tornaram patentes, ou depois que uma equação matemática tornou-se um produto financeiro em *Wall Street*. Isso permite inferir, ao menos, que os artigos ou qualquer tipo da maioria da publicação acadêmica constituem-se menos como socialização de conhecimento e caracterizam-se mais como *marketing* do produto e do próprio pesquisador.

A produção destes profissionais é o alicerce das reformas educacionais em todo mundo, particularmente no Brasil. É ilustrativo ver a trajetória dos intelectuais acadêmicos da comissão que elaborou o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Suas conexões com os países centrais e com o Estado brasileiro são muito próximas. Busquem os intelectuais acadêmicos e descobrirão as relações entre a pesquisa das universidades em fase de internacionalização e as reformas do Ensino Médio.

Estas mudanças estruturais impõem, ao pesquisador, publicar em abundância e, muitas vezes, repetir o que já escreveu com a ajuda luxuosa da estética: as várias formas de plágio e autoplágio. As tecnologias de informações diminuem o tempo para a publicação e aumentam o tempo de aparição do texto e de seu autor, que se identifica de forma incauta com a ciência financeirizada e, logo, precisamente administrada.

A compressão espaço-temporal, própria da sociedade atual e exigida pela economia mundial sob o predomínio do capital financeiro, exige a compressão do tempo epistêmico e neurológico do pesquisador, produzindo, para ele, muito sofrimento. Esta situação aliena o ser humano trabalhador na universidade. Seu trabalho é fantásticamente voltado para a busca de resultados comercializáveis. A epifania de si mesmo traz-lhe, de forma certa, seu adoecimento e a atmosfera de uma vida estranha em que ele não sabe se é a sua própria sombra, sua imagem no espelho, sua foto digitalizada no Currículo Lattes, na página do *ResearchGate* ou na página do sítio *Academia.edu*. Suas dimensões humanas estilhaçam-se e o fazem voltar-se contra si mesmo e identificar-se com a necessidade de *mais*. Sem a satisfação humana contrária à meritocracia *fake*, a saída é a busca de momentos

de paz artificial produzida pelo álcool, drogas ou, o pior, as drogas legais que não curam, mas produzem dependência para aumentar os lucros dos laboratórios farmacêuticos.

Para o entendimento do Ensino Médio e suas relações com a internacionalização da educação superior, é estratégica a compreensão do papel dos intelectuais acadêmicos e suas relações com outros países através das *epistemic Communities* (Comunidades Epistêmicas). A grande expansão de bolsas de pós-doutorados (SILVA JÚNIOR, 2016) e as diversas formas de internacionalização de pesquisadores pelo mundo todo produziram o saber único; o saber matéria-prima, impuseram a internacionalização da educação superior pelo papel estratégico que a instituição passou a assumir, no âmbito do regime de predominância financeira ao passar a produzir, difundir o conhecimento, cuja episteme tem sua base na economia financeira, e formar docentes com a mesma racionalidade.

Os Estados Unidos parecem continuar sendo o produtor da *World Class University*, modelo que o Brasil tem seguido e que orienta, em grande medida, as reformas educacionais e, especificamente, do Ensino Médio, para garantir ausência de falhas econômicas na perspectiva de uma análise geracional. Um dos mentores deste modelo escreve em seu livro *Designing The New American University*:

A concepção de conhecimento para as empresas não é simples. Uma melhor aproximação dele consiste na correlação da estrutura ou organização da instituição, em que o contexto e a produção de conhecimento impõem a consideração da reflexiva relação entre o conhecimento e o contexto institucional. [...] O conhecimento é situado como parte do produto de uma atividade, contexto, cultura, nas quais ele é desenvolvido e usado (CROW; DABARS, 2015, p. 177, tradução minha).

É relevante notar, uma vez mais, a condição de país hegemônico, posição ocupada há décadas pelos Estados Unidos da América. Não menos relevante é a consideração das históricas relações entre Brasil e esse país.

A sistematização dos diferentes autores, em diferentes lugares sociais e diferentes posições teóricas, parece mostrar o quanto existe de similaridade entre as mudanças na universidade estatal brasileira e na universidade dos EUA, embora as ocorridas no Brasil, a partir dos anos 1990, se deem muito tempo depois que nos EUA. Este país iniciou tal processo já na década de 1970, com a *Public Law 91-577* que trata da *Plant Variety Protection Act*.

A universidade americana é, sem dúvida, com pequenas brechas, uma instituição mundial. Contudo, é oportuno destacar que este fato torna-se estrutural no século XXI, como necessidade da economia mundializada. A mundialização da economia impôs a internacionalização da educação superior e do conhecimento matéria-prima, e produziu a convergência das reformas educacionais segundo a racionalidade financeira. A formação de professores e o atual Ensino Médio no país seguem o mesmo caminho, processo liderado e pensado por intelectuais acadêmicos. Neste ponto do texto, toca-se a necessidade da reforma do Estado e da forma como ela foi feita.

Reforma do Estado: uma exigência do regime de predominância financeira

O que se viu até agora permite afirmar que o Estado abandona a esfera pública para a entrada do capital financeiro mundializado. O país torna-se uma bela praça *bursátil*. O capital financeiro ocupa o lugar deixado pelo Estado e torna os direitos sociais em mercadoria. Impõe, primeiramente, para a educação superior já internacionalizada, a produção do conhecimento matéria-prima e a formação de jovens doutores para reproduzi-la, bem como forma os professores do Ensino Médio e formula as políticas, as normas e a regulamentação desse nível educacional. Os intelectuais acadêmicos, participantes de comunidades epistêmicas internacionais, são os principais atores da reforma do Ensino Médio e da transformação das instituições escolares públicas em organizações sociais, como se pode ver em São Paulo, Goiás, Manaus e Paraná, mais fortemente. Como foram possíveis tais mudanças na educação superior e no Ensino Médio? Graças à reforma do aparelho do Estado iniciada em 1995 e à aprovação do novo *Estatuto do Direito Público* e da *Administração Pública* pelo Supremo Tribunal Federal, em lugar do legislativo, no final do ano de 2015, em sua última sessão.

O livro *Novas faces da educação superior no Brasil* (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001) mostra que, em seminário sobre reforma constitucional sob o patrocínio da Presidência da República, Luiz Carlos Bresser-Pereira defendia a tese de que o Estado moderno, socialdemocrata, constituir-se-ia segundo concepção defendida em seus escritos da forma que segue.

A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as

atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. [...] Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A ideia é transformá-los, voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do Parlamento para participar do orçamento público (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 286, grifos do autor).

Interessa focar o núcleo dos Serviços não exclusivos do Estado, aqueles que “pode[m] ser também oferecido[s] pelo setor privado e pelo setor público-não estatal” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 34). E deste setor fazem parte os serviços de **educação, saúde, cultura e pesquisa científica**.

Quanto à terminologia *propriedade pública não estatal*, explicava o então ministro: “pública, no sentido de que se deve dedicar ao interesse ‘público’, de que não visa ao lucro, ‘não-estatal’ porque não fazem parte do aparelho do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 35, grifos do autor). Aqui, ganha clareza a mudança institucionalizada da relação entre Estado e mercado.

Bresser-Pereira foi claro quanto a sua convicção sobre a definição do que ele chama de organizações sociais, quando faz referência a um dos serviços não exclusivos do Estado, a universidade. Quanto ao que afirma, na comparação com os Estados Unidos, é surpreendente, dado o que se escreveu acima, a propósito das relações entre o Estado americano e as universidades do país:

Nos Estados Unidos, todas as universidades são organizações públicas não-estatais. Podem ser consideradas ‘privadas’ ou ‘controladas pelo Estado’, mas, a rigor, não visam ao lucro e também não empregam servidores públicos. São parcialmente financiadas ou subsidiadas pelo Estado - sua face ‘privada’ é menor que a face ‘controlada pelo Estado’, mas são entidades independentes, controladas por juntas que representam a sociedade civil e - em posição minoritária pelo Estado. No Reino Unido, as universidades e os hospitais sempre estiveram sob o controle do Estado; agora já não é assim: hoje são ‘organizações quase não-governamentais’. Não foram privatizadas: passaram do controle do Estado para o controle público (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 35, grifos do autor).

Sobre os procedimentos de transformação das universidades estatais públicas em fundações de direito privado, ou organizações sociais, o ex-ministro reiterava:

Para isso será necessário extinguir as atuais entidades e substituí-las por fundações públicas de direito privado, criadas por pessoas físicas. Desta forma, se evita que as organizações sociais sejam consideradas entidades estatais, como aconteceu com as fundações de direito privado instituídas pelo Estado, e assim submetidas a todas as restrições da administração estatal. As novas entidades receberão por cessão precária os bens da entidade extinta. Os atuais servidores públicos da entidade transformar-se-ão em uma categoria em extinção e ficarão à disposição da nova entidade. O orçamento da organização será global; a contratação de novos empregados será pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho; as compras deverão estar subordinadas aos princípios da licitação pública, mas poderão ter regime próprio. O controle dos recursos estatais postos à disposição da organização social será feito por contrato de gestão, além de estar submetido à supervisão do órgão de controle interno e do Tribunal de Contas (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 286-287).

Ressalte-se a importância da publicação do Plano Diretor para a reforma do aparelho do Estado em 1995, para entender a origem das mudanças e reformas na universidade, sobretudo nas atividades de pesquisa, que viriam a compor a nova divisão internacional do trabalho científico comercializável e do tipo matéria-prima. A constituição do *setor de serviços não exclusivos do Estado* permitiu a produção de um arcabouço jurídico que trouxesse, em seu núcleo, a racionalidade da reforma do Estado, considerada necessária pelo ex-ministro Bresser-Pereira, tendo a naturalização do fundo público pelo capital financeiro, mormente internacional, como marco deste processo (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009). Eis a origem da construção da nova identidade da educação pública. Oliveira (2001) escreve que este fato se mostra explicitamente característico do capitalismo, depois da crise de 1929:

A experiência social de mais de sessenta anos do Estado de Bem-Estar, se considerarmos a Grande Depressão de 1929 como marco da universalização de medidas de bem-estar, produziu o processo de sua “naturalização” [...] no sentido habermasiano de esgotamento das energias utópicas. Na base dessa “naturalização” estão dois fenômenos extremamente importantes, ao primeiro dos quais a literatura não dá nenhuma importância, e ao segundo dos quais já se dedicou bastante papel e que se tem chamado a perda da centralização do trabalho (Offe, como representativo), isto é, as profundas modificações na classe operária. Mas o primeiro fenômeno diz respeito às burguesias e no que [...] chamarei seu processo de intensa subjetivação da acumulação de capital, da concentração e centralização, cujo emblema e paradigma é a globalização, que expressa a privatização do público, ou, ideologicamente, uma experiência da desnecessidade, aparente, do público. Todo o discurso sobre as multinacionais, que ultrapassam e tornam obsoletos os Estados

Nacionais, são formas expressivas dessa subjetivação de uma experiência que, contraditoriamente, foi alavancada (feíssima palavra) justamente pelo Estado de Bem-Estar (OLIVEIRA, 2001, p. 56-57).

Importa, ainda, destacar que as instituições republicanas brasileiras, em suas mudanças e reformas carregariam, em seu núcleo institucional, a racionalidade da reforma do Estado. Ou, como escreveria Francisco de Oliveira (2001) no prefácio ao livro *Novas Faces...* “a reforma do Estado produziu a matriz política, teórica e ideológica, para a reforma das demais instituições”. Essa racionalidade torna-se explícita, nos termos acima, por Bresser-Pereira, ao referir-se aos serviços não-exclusivos do Estado ou competitivos. E para que não pairasse nenhuma dúvida, o ex-ministro enfatizava que, na União, os mais relevantes desses serviços são os representados pelas universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa, hospitais e museus. De fato, constituído o setor de serviços não-exclusivos do Estado ou competitivos, foram criadas as condições para a produção de arcabouço jurídico, sob a tutela do qual se reformassem as universidades e fossem criadas as condições para a nova divisão do trabalho científico e da mudança epistemológica da ciência e da produção do conhecimento, segundo a demanda da nova economia.

Tinha, assim, origem o processo de mercantilização mundializada da universidade estatal, a *New American University* ou a *World Class University*. Isto é, dava-se o primeiro e decisivo passo para a mudança de sua identidade e para a origem de um novo paradigma de produção de conhecimento. Cabe ressaltar que o principal alvo de Bresser-Pereira consistia na construção do *terceiro setor* do Estado e, com ele, de uma nova dimensão para o Estado: a mercantil, que viria a afetar, com muita força, o Ensino Médio. A dicotomia entre Estado e mercado, legal e institucionalmente, tornava-se, agora, uma contradição a ser administrada por associações mediadoras entre o Estado e a sociedade civil.

Considerações finais

O entendimento das mudanças realizadas no Ensino Médio possui certa centralidade: a formação da sociabilidade dos jovens e garantia geracional da mão de obra e de consumidores exigentes. Tal exigência vem da forma como se organiza a economia mundializada, segundo a predominância do capital portador de juros.

As corporações mundiais na nova economia têm, no conhecimento matéria-prima, seu estratégico ponto de partida da produção. Entre outras razões, elas demandam trabalhadores bem qualificados em administração de negócios relativos às áreas de ciência, engenharia, medicina e direito, com o objetivo de criar um sistema de proteção do conhecimento baseado nos produtos, serviços e processos. As universidades americanas, aqui nominadas como ***New American Universities***, colocam-se como fornecedoras dessa força de trabalho. No nível da graduação, o tema relativo à administração de negócios tornou-se central em todos os cursos. Nos quatro anos da graduação, os estudantes são orientados por esses currículos, que foram produzidos por um complexo processo (Ver SLAUTGHER; RHOADES, 2011, p. 279-304). Por outro lado, o processo seletivo para o acesso à universidade é de larga escala e, portanto, a High School prepara o aluno para este exame nacional, *Scholastic Aptitude Test (SAT)*³. Logo, as diretrizes da *High School* americana seguem os mesmos fundamentos das universidades. E a nova universidade americana dá os rumos da internacionalização da educação superior no mundo, atingindo, inclusive, os países asiáticos:

Faculdades e universidades têm um curso extracurricular de algum modo não formal de instrução no capitalismo de consumo e como um meio de utilização de produtos corporativos tecnologicamente sofisticados. Universidades induzem seus estudantes ao consumo de capitais antes mesmo que eles entrem por si mesmos no próprio e irregular sistema estrutural de descontos das instituições. Uma vez nos campi, os estudantes têm crescentes oportunidades de consumo de todo tipo, especialmente de moradia, num campo de variação bastante largo, desde luxuosos dormitórios até pequenos e nada luxuosos nos diretórios acadêmicos. Faculdades e universidades têm acordos formais com corporações nas quais elas servem como campo de testes para camadas até novos produtos, frequentemente em novas linhas de tecnologias de informação. Corporações e universidades formam estratégicas alianças nas quais as

³ Ver http://www.lexingtonprep.com/new/bbs/board.php?bo_table=summer02 para mais informações sobre o SAT.

universidades se tornam campo de testes impossíveis de serem duplicados em laboratórios. Mais, muitas vezes estudantes e professores participam para melhorar os produtos. Os benefícios são de ambos, universidades e corporações, para as primeiras pelo uso e as segundas pelo retorno econômico (SLAUGHTER; RHOADES, 2011, p. 34, tradução minha).

Informalmente, no ambiente virtual do campus, são criados lugares para oportunidades que induzem os estudantes ao uso de tecnologias de informação, constituindo-se em espaços em que os desejos de consumo são condensados, criando o consumidor exigente das tecnologias de ponta, os quais são o combustível da nova economia. Embora as universidades e corporações trabalhem de forma similar, as primeiras instituições não mantêm nenhuma identidade na produção de seus processos, ou seja, as universidades não fazem réplicas dos processos corporativos. Diferentemente das corporações, cujos produtos não conhecem as fronteiras, apesar de seus trabalhadores estarem restritos aos limites nacionais dos Estados Unidos, as universidades têm um corpo de pós-graduandos que atua em atividades de pesquisa. Em acréscimo, existem muitas áreas, tal como as humanidades, que captam recursos fora do campus. Entretanto, existem atores que criam novos circuitos de conhecimento, organizações intersticiais e redes de trabalho que atravessam fronteiras e articulam essas áreas com a nova economia. Apesar de tudo, não é possível afirmar nenhuma identidade entre as corporações e as universidades, as diferenças entre elas permanecem.

O conhecimento matéria-prima põe-se como a centralidade da formação do jovem no Ensino Médio, no momento em que a internacionalização da educação superior carrega, para os sistemas universitários de todo mundo, a cultura da universidade americana, cujo objetivo maior consiste na produção desse tipo de conhecimento. Basta olhar a preocupação brasileira em manter suas universidades nos rankings mundiais. Somam-se o Exame Nacional de Cursos, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), os vestibulares, as seleções para os programas de pós-graduação, os reconhecimentos de cursos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o credenciamento e descredenciamento de professores para pós-graduação, bem como os editais para pesquisa; todos têm a mesma racionalidade. Todos possuem a sua especificidade; contudo, formam um sistema de avaliação constante e contínuo voltado para

a produção do conhecimento matéria-prima. O jovem do Ensino Médio, que se prepara para o mercado de trabalho ou para o acesso à universidade, não escapa a tal racionalidade. Esta mesma racionalidade orienta toda mudança no Ensino Médio. Assim se tecem os fios em totalização que permita a compreensão da estrutural mudança neste nível educacional.

Ao longo das duas últimas décadas do século XX, o sistema capitalista mundial foi marcado por uma série de mudanças nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira. Isso culmina na globalização da economia, evento que levou à expansão do processo de internacionalização da produção, à desregulamentação do sistema financeiro mundial, ao aumento do fluxo internacional de capitais, à maior integração dos sistemas financeiros mundiais e à elevação da concorrência nos mercados produtivos e financeiros. Esta mudança exigiu reformas institucionais na República Federativa do Brasil. A matriz teórica, política e ideológica desse movimento estruturou-se no processo de reforma do aparelho de Estado, iniciado em 1995, quando assumiu o poder o Pres. Fernando H. Cardoso (FHC). A expansão da economia em âmbito global está associada à incorporação de avanços tecnológicos, que demandam conhecimentos cada vez mais especializados, resultando em maior complexificação do processo produtivo. Por outro lado, requer a exigência de nova qualificação da força de trabalho e diminuição de seu custo, ao mesmo tempo em que se modificam o processo de acumulação, de valorização do capital, bem como a reprodução social, a sociabilidade do trabalhador e a sua subjetividade.

Essa nova configuração econômica – impulsionada pelos organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial - BM), orientados pelas diretrizes enfeixadas pelo *Consenso de Washington*⁴ – marca o início de um novo regime econômico e político, e de uma ampla rede de intercâmbios comerciais, produtivos e financeiros. As políticas de liberalização da economia dos países emergentes, em especial o Brasil, resultaram na abertura de seus mercados ao investimento estrangeiro e, desta

⁴ O *Consenso de Washington* é a denominação do encontro realizado em 1989, em Washington, por representantes do governo norte-americano, FMI, BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e representantes de vários países, com o objetivo de sistematizar (e buscar acordo sobre) as principais diretrizes de política econômica com base no ideário neoliberal, e que deveriam ser implementadas pelos países participantes do encontro. Essas diretrizes abrangiam as seguintes áreas: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos; c) reforma tributária; d) liberalização financeira; e) regime cambial; f) liberalização comercial; g) investimento direto; h) privatização; i) desregulação; j) propriedade intelectual (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013, p. 153, nota 2).

maneira, no aumento do fluxo de capital externo direto, ao mesmo tempo em que a bomba relógio da crise a que hoje assistimos fora ligada.

Salama (2007) mostra que o aumento do fluxo de investimento estrangeiro direto (IED), nesse período, foi resultado de um modelo de desenvolvimento econômico, cada vez mais dependente da entrada de capitais, adotado por países como o Brasil em resposta às crises econômicas dos períodos anteriores. Esse modelo de desenvolvimento baseava-se na rápida abertura econômica que provocava, em alguns casos, a destruição ou a reestruturação do aparelho produtivo, como foi o caso do Brasil, bem como uma reforma das instituições republicanas, um novo pacto social e a mudança da sociabilidade do trabalhador. As reformas carregaram em si essa racionalidade. O autor mostra a contradição aqui já aludida.

A abertura extremamente rápida das economias às trocas internacionais (comerciais e financeiras) e a rápida liberalização do conjunto dos mercados de onde o Estado se retirou provocaram um choque difícil de controlar. Os aparelhos produtivos evoluíram profundamente, mas as relações sociais degradaram-se muito (aumento do desemprego e forte precarização das relações de trabalho). A produção nacional recuou face às importações, e assiste-se mesmo a uma substituição da produção nacional (SALAMA, 2007).

Destaca-se que o lugar deixado pelo Estado, em razão de sua reforma, foi prontamente ocupado pelo capital financeiro, como ocorreu com a reforma da previdência, da saúde e a terceirização de estradas federais e estaduais, por exemplo. FHC iniciou essa reforma previdenciária no setor privado, Lula continuou-a em 2003 e Dilma encerra-a no setor público em 2012. Essa reforma foi o momento em que o *Estado retirou-se*, deixando espaço rapidamente ocupado pelos planos de previdência privada e, em seguida, incorporado aos fundos mútuos no âmbito mundial e na forma de capital financeiro. O Estado também se retirou da universidade estatal e abriu espaço para a entrada do capital nessa instituição. As Parcerias Público-Privadas (PPP); os Fundos Setoriais (FS); a Lei de Inovação Tecnológica (LIT); a *Lei do Bem*; O Novo Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação; entre outros, são a objetivação do novo ordenamento jurídico que deu guarida à retirada do Estado de sua condição de garantidor da natureza pública da universidade. Eis onde reside, com contradições, mas de forma estrutural, o que se tem chamado de mercantilização da

educação superior estatal para a criação das condições objetivas de produção do conhecimento matéria-prima. Destaca-se que, nesse mesmo movimento, estava presente, ainda que de forma embrionária, a internacionalização da educação superior brasileira e as reformas da Educação Básica já se encontravam em curso e de forma muito rápida. Destaca-se, aqui, a do Ensino Médio.

A conclusão a que se pode chegar consiste em que as relações entre a internacionalização da educação superior encontram-se no mesmo processo histórico das mudanças no Ensino Médio, em contexto em que as reformas da República Federativa do Brasil modificaram-se para dar lugar à entrada do capital financeiro no país. Nesse processo, todas as instituições educacionais mercantilizaram-se e sob as diretrizes internacionais trazidas para cá, por meio das universidades melhores ranqueadas internacionalmente e nacionalmente. Este processo exigiu novas funções educacionais. O Ensino Médio foi alvo, em razão de garantir as futuras gerações, segundo nova sociabilidade e novas qualificações. Coube à universidade, além de puxar tais mudanças, produzir quadros para formularem as reformas exigidas.

Referências

ALTBACH, P. The decline of the guru. In: ALTBACH, P. **Centres and peripheries in the academic profession: the special challenges of developing countries**. P. 1-22. New York: McMillan, 2003.

ALTBACH, P. Patterns in Higher Education Development: Toward the Year 2000, in **Emergent Issues in Education: Comparative Perspectives**, State University New York Press, 1992.

ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**, Los Angeles: CA, Volume 11, Number 3/4, Fall/Winter, 2007.

BRASIL. **Lei 13.243/2016. Novo Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação**. Disponível em:
<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/Lei%2013.243-2016?OpenDocument>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020)**. CAPES. Brasília, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L.C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. P. 21-38. 1998.

CROW, M. M.; DABARS, W. B.. **Designing the new American university**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2015.

OLIVEIRA, F. A face do horror – Prefácio. In: SILVA JÚNIOR; J.R.; SGUISSARDI, V.. **As Novas Faces da Educação Superior no Brasil**. São Paulo: Cortêz Editora, 2001.

SALAMA, P. América Latina e Ásia: uma mesma lógica de crise, mas responsabilidades nacionais específicas. In: CHESNAIS, F.; PLIHON, D (Orgs.). **As armadilhas da finança mundial: diagnósticos e soluções**. Lisboa: Campo da Comunicação, p. 127-142, 2007.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas fedérias: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã Editora, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. **The New Brazilian University? A busca por resultados: para quem?** Campinas: Editora Autores Associados. (No prelo para publicação em 2017)

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI: Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho do professor. La Plata-AR. **Espacios en Blanco - Serie indagaciones** - Nº 23. P.119-156. 2013.

SILVA JÚNIOR; J.R.; SGUISSARDI, V.. **As Novas Faces da Educação Superior no Brasil**. São Paulo: Cortêz Editora, 2001.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. **Academic capitalism and new economy: market, State and higher education**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 3. ed. 2011.

UNESCO. **Declaração de Nova Delhi sobre Educação para todos de 06 de dezembro de 1993**. 1998. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

RECEBIDO EM 01 DE ABRIL DE 2016.

APROVADO EM 30 DE MAIO DE 2016.